

Cabo Delgado: A REVOLUÇÃO EM PERSPECTIVA



Em Cabo Delgado, tal como em outras províncias do país, a revolução continua. As dificuldades passadas e presentes e a luta para as superar nos vários campos de batalha contra a miséria e a fome, contra o burocratismo e a herança colonial, passando pela actuação do inimigo, é-nos dada em perspectiva pelo primeiro Secretário Provincial do Partido em Cabo Delgado e Governador da Província, Raimundo Pachinuapa. Ao entrarmos no terceiro ano da proclamação da nossa independência é salutar analisar o que se fez para se poder avançar melhor e mais rapidamente.

• *Entrevista com o Governador Raimundo Pachinuapa*

P — No aflorar deste segundo aniversário da independência nacional um caminho de transformações profundas foi percorrido em todo o País. Para além das nacionalizações que deram um golpe decisivo no sistema colonial capitalista que era o sustentáculo do poder da burguesia colonial, quais foram as transformações mais sensíveis ao nível do progresso social registadas aqui na Povíncia de Cabo Delgado?

R — Fazendo uma análise rápida sobre a Saúde e a Educação poderei dizer que estes foram dos sectores onde se verificaram transformações radicais e seguras, porque constituem sectores vitais na vida do nosso Povo. No campo da Saúde foi possível melhorar bastante a assistência médica às populações com a colocação de técnicos de Saúde nos Distritos, principalmente nas zonas libertadas, o caso de Mueda que tem agora um médico, bem como

os Distritos de Montepuez e Mocimboa da Praia que têm médicos, os quais apesar de não satisfazerem completamente as necessidades das populações, permitiram já um grande avanço no campo da Saúde. Por outro lado, no campo da medicina preventiva os sucessos são inúmeros o que se verifica pela grande resposta que a população deu a todas as campanhas deste sector, que atingiu um aspecto muito particular com a campanha nacional de vacina-

ção que nesta Província obteve resultados nunca esperados. Todos estes trabalhos e a explicação às populações sobre a medicina preventiva e curativa, e a melhoria no campo político no seio do pessoal da Saúde fazem com que a população frequente sempre que necessário os hospitais, as maternidades e os postos sanitários, estes últimos que quase não existiam no tempo colonial são agora um realidade nas zonas rurais da nossa Província. No campo educacional e concretamente no sector do Ensino Primário sentimos também um grande avanço na medida em que foi possível alastrar o ensino pela Província. Foi possível criar escolas nos círculos, nas aldeias, em toda a parte. Por outro lado as populações começaram a compreender correctamente a necessidade de enviar os seus filhos para as escolas. Também no sector de alfabetização de adultos foram dados passos importantes.

Podemos dizer que estas transformações, as mais importantes, são resultado da constante preocupação das populações em pôr em prática os planos do Partido e do Governo, o que encoraja bastante a Direcção Provincial porque sente o fruto do seu trabalho. No entanto, no processo de execução das orientações da Direcção Provincial surgem ainda certos vestígios da sociedade capitalista, mas a vida colectiva, as críticas populares fazem com que se eliminem esses erros e transformam-nos em lições para o processo de Reconstrução Nacional. E por isso que dizemos com a voz viva que a Luta Continua.

FALTA DE QUADROS ESTRUTURAS OPERACIONAIS

P — Um dos problemas que está a afectar a administração e o desenvolvimento da Província é a falta de quadros e de estruturas dinâmicas e operativas. Para além disso a própria Província não possui ainda um Governo Provincial conforme decisão do Conselho de Ministros o que afeca logicamente a referida administração e desenvolvimento. Quais as diligências já tomadas ou a tomar para a dinâmica do Governo Provincial?

TEMPO N.º 352 — pág. 24



R — A formação do Governo Provincial, a existência de representantes de cada um dos Ministérios é sem dúvida uma necessidade prioritária para uma planificação e coordenação correctas de trabalhos na Província. No entanto, a formação do Governo Provincial depende de quadros que seriam enviados pelas estruturas centrais; mas, como todos nós sabemos a falta de quadros é um problema nacional, pelo que até ao momento não temos o Governo Provincial formado conforme as orientações do Conselho de Ministros. No entanto esta situação não constitui obstáculo para a planificação dos nossos trabalhos. Com os poucos quadros que temos, com os dois representantes de Ministérios (da Agricultura e da Saúde) que existem na nossa Província e com outros quadros ao nível Provincial, temos tentado desempenhar as funções do Governo Provincial, planeando sempre em conjunto todos os trabalhos a executar, e traçando orientações para os distritos, as quais são postas em prática e dinamizadas pelos administradores

que foram nomeados recentemente para todos os distritos da Província. Este último aspecto constitui um dos problemas resolvidos aquando da visita do Camarada Presidente à nossa Província, o que foi para nós um grande benefício pois são os administradores que executam muitos dos planos do Governo Provincial.

COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTES

P — Um dos graves problemas sócio-económicos que esta Província atravessa, aliás como muitas outras Províncias do País, é a questão da comercialização e transporte. Sabendo-se da grandeza da Província, da densidade populacional na região planáltica, litoral e sul actualmente em processo de reorganização de vida em aldeias comunais, e condicionada por uma péssima e quase nula rede de estradas, como está a Província a enfrentar esta situação?

R — Com efeito uma das questões que tem sido alvo da nossa

O problema do abastecimento de água e da nudez, este último agravado por falta de uma rede de comercialização e transportes foi devidamente analisado pelo Governador Raimundo Pachinuapa.



constante preocupação é a comercialização e directamente ligada a esta os transportes e as estradas. São as Lojas do Povo responsáveis pela aquisição do excedente de produção das populações, através dos seus postos situados nas zonas de maior densidade populacional e prioritariamente onde não existe qualquer outro meio de abastecimento às populações, e através de brigadas móveis que se deslocam a determinadas zonas da Província. Além da aquisição dos produtos das populações esses postos, essas brigadas, têm ainda como missão abastecer a população de produtos de primeira necessidade de que estas necessitam, tais como roupas, sal, açúcar, óleo, leite, petróleo e outros.

No entanto, devido à falta de produtos de primeira necessidade que se verifica a nível de todo o País, as Lojas do Povo limitam-se a comprar os produtos à população nada tendo para vender. Esta situação poderá causar sérios problemas pois que tendo a população aumentado em grande escala a sua produção, aumentando

portanto o excedente, esta não vê o resultado prático desse aumento porque continua a não ter os produtos de que necessita, visto as Lojas do Povo não poderem satisfazer por momento as necessidades porque as estruturas criadas ao nível de todo o País ainda estão em processo de formação. No entanto a nível da Província numa tentativa de resolver a questão temos a preocupação de consolidar todo o tipo de cooperativas nas aldeias de que esperamos obter êxitos num futuro próximo.

O problema das estradas faz-se também sentir, mas pondo em prática o princípio de contarmos com as nossas próprias forças as populações organizadas colectivamente têm aberto caminhos, e podemos dizer que na sua maioria as aldeias têm um caminho que as liga às estradas principais, o que permite que as brigadas de comercialização possam executar o seu trabalho. Por outro lado o Governo, apesar da falta de máquinas, tem desenvolvido grandes campanhas no sentido de reparar as máquinas velhas e melhorar as estradas principais, além do trabalho que a Companhia Tâmega tem vindo a executar na estrada de Diaca a Mueda.

Portanto, adquirir o excedente de produção das populações e abastecê-las é uma preocupação constante de todas as estruturas da Província. É por isso que pretendemos ampliar cada vez mais a rede das Lojas do Povo. Efectivamente há poucos dias, no dia 1 de Junho inaugurámos mais três Lojas do Povo na Província, aumentando assim o número de Lojas do Povo para 14.

A SITUAÇÃO DAS ALDEIAS COMUNAIS

P — **Afectada durante um certo período por falta de uma dimensionização correcta, e concreta atendendo às realidades Provinciais, a construção de Aldeias Comuns ganhou contudo um novo e grande ritmo após a realização do Seminário Provincial sobre essa questão.**

— **Pode-nos fazer uma breve análise do problema actual da formação das Aldeias Comuns, sabendo-se desde já que um dos grandes e difíceis problemas é causado pela tremenda falta de água em toda a Província, nomeadamente no planalto, de Mueda e outras regiões densamente habitadas cuja agricultura só pode ser a de sequeiro e com solos facilmente cansáveis?**

R — Após a visita do camarada Presidente a esta Província durante a qual se constatou a falta de uma orientação comum para toda a Província no que respeita a construção de Aldeias Comuns, nomeadamente a escolha dos locais e as dimensões das casas e as medidas entre estas, realizámos um Seminário Provincial de Aldeias Comuns dividido em duas fases: a primeira que se realizou no norte da Província e destinada aos distritos onde a população vivia dispersa e a segunda fase para o centro e sul da Província onde a população vivia concentrada em aldeamentos. Este Seminário foi assim dividido para que recolhêssemos as experiências daqueles que se encontravam engajados no processo de organização das populações em aldeias comunais a partir de populações que viviam de uma forma dispersa, e por outro lado recolher experiências de transformação de aldeamentos em aldeias comunais, dando ainda orientações mais claras e uniformes de modo a acelerar o processo. Durante este Seminário procurámos fazer compreender a todos os participantes que a construção e desenvolvimento das aldeias comunais dependia dos recursos de cada zona, dependia das nossas próprias forças, pelo que foi nossa preocupação explicar a todos como era possível resolver o problema da escassez de água que afecta grande parte da Província. Assim foram dadas bases rudimentares sobre o aproveitamento das águas das chuvas através do seu armazenamento, embora em certas re-



Mocimboa da Praia: uma cidade com porto. Um porto ainda pouco frequentado

giões não haja condições para tal.

Logo após a realização deste Seminário todas as estruturas do Partido e do Governo lançaram uma forte ofensiva no sentido de dinamizar a construção de casas nas aldeias. Não poderemos dizer que foi somente este Seminário que permitiu a arrancada organizada de construção de aldeias comunais, mas também todas as experiências populares de cada zona, obtidas após a realização do Seminário. Hoje as populações preocupam-se um pouco mais com o aperfeiçoamento das técnicas de construção de modo a fazer casas resistentes e fortes, tendo sido alcançados neste campo inúmeros êxitos. No entanto, na zona norte, onde não havia aldeamentos, logo que foi lançada a palavra de ordem de construção de aldeias comunais ela foi imediatamente implementada, ainda antes da visita do Camarada Presidente, tendo aparecido muitas aldeias, mais de uma centena, todas elas com base numa iniciativa até certo ponto popular, portanto sem grandes previsões para o futuro.

Assim, construíram-se as aldeias; mais concretamente reuniu-se a população, organizou-se a parte habitacional, embora a produção, a parte mais importante, continuasse a ser efectuada em moldes individuais.

Em face disto as estruturas provinciais quiseram então implementar a produção colectiva organizada, tendo encontrado como primeira dificuldade o facto de não existir uma direcção na aldeia capaz de organizar, orientar e dinamizar o processo de produção, conforme desejamos. No entanto como primeiro passo conseguimos organizar em cada aldeia

uma machamba comunal da aldeia bem como em cada círculo (cada aldeia tem 3 círculos) uma machamba comunal dos círculos. Mas este ano não tivemos grande sucesso por que foi um ano mau. A falta de chuvas não permitiu grandes colheitas. Pensamos ainda que se houver a garantia de comercialização de produtos não teremos problemas na formação de campos colectivos.

Na fase actual, estão a ser tomadas medidas para que em algumas aldeias se avance com a produção colectiva bem organizada, ainda que em todas as aldeias existam já campos de produção comunal mas sem grandes rendimentos como disse atrás. Pensamos também intensificar a formação de cooperativas de consumo e mais tarde a formação de cooperativas de produção, porque as populações estão preparadas de imediato para organizarem o seu próprio abastecimento.

Nesta fase estão ainda a ser construídos pelos serviços de Agricultura e Lojas do Povo armazéns agrupados em zonas que servirão determinados grupos de aldeias comunais, para abastecimento às populações de produtos de primeira necessidade e ao mesmo tempo para compra às populações do seu excedente de produção, enquanto não se criam condições para a formação de centros de comercialização em cada aldeia.

Quanto ao desenvolvimento futuro das aldeias comunais teremos que numa primeira fase planificar a localização das aldeias aproveitando não só os recursos naturais das zonas como os planos de industrialização, pescas, conservas, algodão, etc.

Importa aqui realçar que todas

as aldeias comunais construídas nesta Província seguiram sempre o princípio de contar com as nossas próprias forças utilizando os materiais locais.

A ACTUAÇÃO DO INIMIGO

P — A Província de Cabo Delgado foi uma das regiões do País onde se desenvolveu com intensidade e profundidade a Luta Armada de Libertação Nacional possuindo desde há muitos anos Zonas Libertadas com muita população vivendo livre do controlo do inimigo e possuindo uma alta consciência de classe. Todavia temos vindo a assistir a saneamentos e prisões de elementos responsáveis de determinadas estruturas o que supõe haver uma rede de acção inimiga.

— Como se tem caracterizado a acção do inimigo nesta Província de Cabo Delgado?

R — O saneamento de responsáveis em diversas estruturas não indica qualquer tipo de rede de acção inimiga nesta Província, mas sim, indica que não há lugar para redes do inimigo. É que a Luta Armada de Libertação Nacional trouxe-nos uma experiência rica, ensinou nos que o inimigo se manifesta imediatamente pelo seu comportamento. É por isso que baseados nesta experiência e a nossa constante vigilância popular, detectamos certos comportamentos que não podemos permitir, comportamentos que se identificam com o comportamento do inimigo.

São detectados todos elementos incluindo responsáveis de todas estruturas que tentam trazer a vida do inimigo para o nosso seio ou que têm missões do inimigo a executar e o Povo não permite isso o Povo não lhe dá tempo. O Povo é muito exigente. Foi a luta que ensinou a ser exigente, e por isso alcançámos a vitória.

Portanto podemos dizer que não há uma rede do inimigo em Cabo Delgado porque não há lugar para haver uma rede do inimigo. Qualquer elemento que tentar infiltrar-se em qualquer estrutura será detectado pela própria Revolução, a qual se encarregará dele.

A LUTA CONTINUA